

Violência e condição humana

Violence and human condition

Flavia Friedl¹

Francisco Farias²

Resumo

Este artigo procura enfatizar o modo como Freud, desde a Primeira Guerra Mundial, dedicou seus interesses criativos aos processos de construção e de destruição da cultura e do ódio que se alastrou na Europa como consequência do regime totalitário do nazi-fascismo. Busca-se também reunir fundamentos nos pensamentos de Hanna Arendt e Judith Butler para compreendermos as consequências das grandes catástrofes sociais na modernidade e no ser humano. Para tanto, recorre-se à noção de trauma, extraída do pensamento freudiano, e da noção de violência e poder, das citadas autoras, para elucidar o que ocorre nas grandes catástrofes em massa e na esfera da experiência individual. Conclui-se que mesmo quem se viu ameaçado pela experiência traumática da violência pode construir a possibilidade de um resgate da memória, ainda que atravessado pelo discurso da violência.

Palavras-chave: TRAUMA; VIOLENCIA; CONDIÇÃO HUMANA; GUERRA; MEMÓRIA SOCIAL.

Abstract

This article seeks to emphasize how Freud, since the First World War, devoted his creative interests to the processes of construction and destruction of culture and hatred that was diffused in Europe as a consequence of the totalitarian regime of Nazi-fascism. Actually, also we search to

¹ Friedl, F. O. Especialista em Clínica Psicanalítica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Rua: 18 de outubro, 146 apto 205, 20530-050, Tijuca, Rio de Janeiro. Telefone: (021) 22884062, E-mail: flaviafriedl@gmail.com

² Farias, F. R. Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista Produtividade PQ 2 – CNPq. Consultor Ad Hoc da FAPESP e da FAPERJ. Secretário Geral da ANINTER-SH. Endereço: Avenida Pasteur 458, CEP: 22290-240, Urca, Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. E-mail: frfarias@uol.com.br

gather elements in the thought of Hanna Arendt and Judith Butler to understand the consequences of the major social disasters of modernity and the human being. Therefore, we appeal to the notion of trauma extracted from Freudian thought and the concept of violence and power of the aforementioned authors, to elucidate what happens in large-scale disasters and those that occur in the scope of individual experience. We conclude that even those who found themselves threatened by the traumatic experience of violence can build the possibility of rescuing memory, even when crossed by the speech of violence.

Keywords: TRAUMA; VIOLENCE; HUMAN CONDITION; WAR; SOCIAL MEMORY

Introdução

As reflexões construídas nesse artigo utilizam-se dos referenciais da Psicanálise, a partir dos escritos freudianos, além das contribuições de Hanna Arendt e Judith Butler. O artigo coloca-se na perspectiva de tentar reunir fundamentos a partir dos referenciais teóricos desses



autores para compreendermos as consequências das grandes catástrofes sociais na modernidade. É possível tecer algumas considerações para entendermos o ato violento que desestabiliza o “equilíbrio” precário da sociedade, a multiplicidade de elementos que produzem o esgarçamento dos laços sociais e por que as ações mobilizadas para coibir ou mesmo reduzir a violência não são eficientes nem impedem o aparecimento dos impulsos agressivos no ser humano.

“Violência” é um termo conhecido e vem sendo utilizado para nomear desde as formas mais cruéis de tortura até as formas mais sutis, tendo um lugar de predominância na vida social. O fenômeno da violência emergiu como um problema para os indivíduos e sociedades deste final de século. Embora muitas vezes não aprofundado e sujeito à influência da mídia, assumiu a

proporção de um grande debate em alguns setores do tecido social, expresso tanto na conversa cotidiana dos cidadãos, dos sentimentos daqueles que, de alguma forma, estiveram expostos ao horror gerado pela violência, como também das instituições que compõem a sociedade.

Alguns autores, como Hanna Arendt e Judith Butler, vêm propondo definições abrangentes da violência que levem em consideração o contexto social, as relações de poder e que devem ser repensados diante da instabilidade e fragilidade dos laços sociais e das mudanças políticas que ocorrem no mundo contemporâneo.

Para melhor elucidar a questão da violência, deve-se levar em consideração, porém, as condições geradoras de violência, bem como os fatores políticos, econômicos e subjetivos, entendidos estes últimos no sentido de estruturação psíquica.

Analisou-se, neste estudo, a condição humana frente à violência, entendida como ato de horror que o homem comete contra seu semelhante, e que surge tanto nos grandes centros urbanos, expondo-se na mídia, como nos regimes totalitaristas. Poderíamos dizer que aquele que comete o ato violento “dirige-se ao semelhante para submetê-lo a um exercício de horror, na crença de que dessa forma está garantida sua identidade de poder absoluto” (Farias, 2010, p.22).

Ignora-se que o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, cujo modelo é ocidental, comporta também grandes inconvenientes. Seu bem-estar gera mal-estar, seu individualismo comporta egocentrismo, desamparo e solidão, os quais geram estresse e danos, físicos e psíquicos. A violência vem-se colocando no mundo atual ao nível de uma verdadeira barbárie, ou seja, do culto à morte, da defesa do ódio redentor, na certeza de que é preciso eliminar o outro para sobreviver. Segundo Farias (2010, p. 31):

[...] a criminalidade se encontra atrelada à engrenagem do poder. Em se tratando do poder, vê-se nos nossos dias o desenvolvimento de formas cada vez mais sofisticadas de agrupamentos sociais fundados no uso indiscriminado da violência, seja pela banalização da dor seja pela atitude do homem do final do século XX em se arvorar a alcançar o lugar de uma entidade poderosa e absoluta, a ponto de fundamentar práticas eficientes para extermínio de quem é tomado como inimigo ou oponente.

A criminalidade sempre existiu, desde os primórdios da humanidade, em todas as sociedades e em todos os tempos, como forma de resolver conflitos entre pessoas, na família e na comunidade; mas, pela primeira vez na história do homem, graças à ciência e à tecnologia, pode-

se aniquilar a humanidade da face da terra. Atualmente, convive-se com formas tradicionais de violência ao lado de novas, ante as quais ainda há ainda certa perplexidade em face do que leva o criminoso a praticar o ato violento contra seu semelhante.

O que, em suma, faz de um homem... um homem? Os sociólogos clássicos, como Durkheim e Weber, dizem-nos que é a sua história. Falar em construção do sujeito implica entender que não existe um sujeito dado *a priori*, mas que alguém se torna sujeito, no campo do outro e que, portanto, situa-se historicamente. O homem é, assim, produto e sujeito das relações sociais que estabelece, e o mundo, nessa perspectiva, é visto como uma construção humana, portanto, histórica. Esses dois conceitos não são entendidos separadamente, pois o homem se constrói ao construir a história e esta lhe coloca novas necessidades a serem superadas constantemente. O meio social não significa, no entanto, uma determinação absoluta; em outras palavras, o homem é livre e responsável por suas próprias escolhas e para reescrever sua história.

A violência na guerra



Entende-se por que os dois grandes totalitarismos do século passado mataram milhões de pessoas. Aquele momento da história da humanidade dizia que os homens não tinham o direito de viver como homens – na verdade, nem mesmo o direito de morrer como tais. O que estava implícito aqui era a ideia

de exclusão, em outras palavras, o extermínio em massa eliminaria por completo a diferença (Seligmann-Silva, 2005).

Nesse contexto histórico, não havia espaço para a alteridade, em outras palavras, não havia espaço para o discurso que afirma as diferenças, a alteridade e as minorias (Seligmann-Silva, 2005).

Esse modelo totalitário e radical de discurso pode ajudar-nos a refletir e a enfrentar o desafio da convivência entre diversas línguas e culturas. O viver em sociedade constitui-se em uma árdua tarefa do existir humano, complexa e contraditória. Sobre essa árdua batalha, inicialmente, destacamos que, no diálogo promovido pela Liga das Nações, realizado entre Freud e Einstein em um ensaio intitulado “Porque a guerra?” (Freud, 1932/1969, p.237-245), há uma concordância dos autores acerca da impossibilidade de extinguir os impulsos agressivos do homem, embora eles apontem para diferentes formas de lidar com os mesmos. Enquanto o inventor da Teoria da Relatividade, Einstein, constatava que não é possível extinguir esses impulsos, Freud (1932/1969) limitou-se a prever que as guerras tenham fim em virtude do progressivo aperfeiçoamento intelectual e civil da humanidade. Em decorrência da disseminação do modelo de guerra para enunciar os conflitos que marcariam os laços sociais e as relações entre os sujeitos na sociedade moderna, Freud acreditava que as relações seriam, com efeito, conflituosas e sempre relançadas entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, o que tornaria impossível a prevenção da guerra e a instauração da paz perpétua.

Desde a Primeira Guerra Mundial, Freud consagrou a essência de seus interesses intelectuais aos processos de construção e destruição da cultura. Assim, é dada uma atenção aos textos que testemunham as inquietações do criador da Psicanálise para com a política de ódio que se alastrou no final de sua vida e obra no oeste europeu. No ensaio intitulado “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”, Freud (1915/1969) faz considerações sobre a ordem política e a governabilidade e trata de outra interpretação sobre o Estado e da relação deste com a violência, ou seja, o Estado proibiria a onipotência da força pulsional em tempos de paz, mas a promoveria em tempos de guerra. Enfim, na paz e na guerra a relação do Estado com a violência deslocar-se-ia da interdição para a incitação da violência.

Nesse período histórico, as potências políticas europeias, foram as grandes protagonistas de um embate sangrento, num espetáculo de dizimação. O holocausto assume proporções de um trauma cultural, porque, mesmo as pessoas que não viveram esse capítulo sangrento da história, também foram tocadas pelo episódio traumático. Os instrumentos mais significativos da tecnologia foram utilizados com a finalidade de promover a destruição e para se impor sobre o inimigo por meio da força das armas e da violência. A perplexidade tomou conta de Freud diante do que se passava na Europa e da incapacidade dos representantes da civilização ocidental, de promover a paz e dar vazão a tanta violência e destruição. Segundo a memória histórica escrita

(Magnoli, 2006, p.321), a Primeira Guerra Mundial fora a guerra mais violenta que já havia ocorrido até então, dizimando milhares de civis, demonstrando a falta de ética e civilidade das sociedades modernas. Poderíamos então afirmar que a barbárie estaria mais presente nas sociedades modernas do que nas sociedades ditas “primitivas”, contrariando a aposta evolucionista de Freud, no que concerne ao crescimento intelectual, ético e civil do ser humano?

O poder e a violência no pensamento freudiano

Freud e Einstein, em 1932, indagam-se a respeito do tema. Einstein pergunta: “Como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição” (Einstein, 1932/1969, p. 243).

Em resposta a carta de Einstein, Freud (1932/ 1969, p.157-158) propõe a discussão sobre o tema do poder e da violência: “estou autorizado a substituir a palavra “poder” por violência, mais dura e estridente. Direito e violência são hoje opostos para nós”. Podemos perceber que Freud (1930/1969, p.108) sustenta a ideia de que a violência precede a lei, ao afirmar que: “a violência é inerente ao homem. A violência tem mobilidade, pode circular, pode estar delegada ao Estado ou retornar para o homem, mas é destrutiva, contenta-se em submeter o homem, não em matá-lo”.

Violência está relacionada com força e destruição, e com o impulso de dominar e eliminar o outro e ainda, no pensamento freudiano, com a pulsão de domínio. Poderíamos dizer que a violência é gerada pela existência do outro diferente. Trata-se de eliminar o outro por ser fonte de sofrimento, o outro representa uma ferida narcísica com sua presença ao mesmo tempo é suporte para o exercício dessa violência.

A proposição de que a violência é inerente ao homem foi inscrita por Freud, em 1930, no texto *O mal-estar na civilização*: “então, para tudo o que segue me situo neste ponto de vista: a inclinação agressiva é disposição pulsional autônoma, originária do ser humano. E, retomando o fio do discurso, sustento que a cultura encontra nela seu obstáculo mais poderoso” (Freud, 1930/1969, p.171).

O pensamento freudiano é uma consequência sobre suas convicções sobre a pulsão de morte (Freud, 1920/1969), segundo as quais concebe a agressividade como manifestação da

pulsão dirigida ao exterior. Anteriormente, quando classificara as pulsões em sexuais e de autoconservação, considerou os impulsos agressivos como o componente sádico da pulsão sexual, e também como manifestação da tendência à preservação da vida, quando ligada à pulsão de autoconservação. O estudo da melancolia e do suicídio culmina então com o desenvolvimento da teoria do dualismo pulsional – Eros e Tânatos – e da possibilidade do funcionamento autônomo da pulsão de morte, enquanto independente da pulsão de vida, constituindo-se numa força silenciosa que empurra ao estado inorgânico.

A primeira tese freudiana sobre o sadomasoquismo, que aparece em *Pulsões e seus destinos* (1915/1969), aponta que o objetivo do sadismo é a humilhação e a dominação do objeto pela violência com o objetivo de provocar dor e que, ligando-se com a sexualidade, retorna como masoquismo. Doravante, nos textos *O Ego e o Id* (1923/1969) e *O problema econômico do masoquismo* (1924/1969), Freud passa a estudar as manifestações exteriores da pulsão de morte como pulsão destrutiva, a serviço de Eros, como agressividade, como componente do impulso do saber, e como patologia no sadismo.

A partir do surgimento da pulsão de morte, a pulsão de dominação e o sadismo são entendidos como derivados da pulsão de morte que visa destruir o objeto, em outras palavras, o outro passa a ser o receptáculo para a pulsão de morte, para exteriorização e exercício da destrutividade e da agressividade (1930/1969, p.85). O retorno da pulsão de morte ao superego ativará o sentimento de culpa e a necessidade de punição que aparece nas condutas autodestrutivas e que poderiam explicar a agressividade humana.

No texto *O mal estar na civilização* (1930/1969, p. 96), Freud aborda também a questão da violência a partir da perspectiva do narcisismo, quando fala do “narcisismo das pequenas diferenças”, em que o sofrimento é mal-estar atribuído ao outro. No texto, está implícita a ideia de exclusão, de rejeição a tudo que é diferente e ameaçador. Segundo a psicanalista Betty Fuks:

[...] são pequenas diferenças reais que impedem que o outro seja um perfeito semelhante, o que significa que o ódio não nasce da distância, mas da proximidade. E, exatamente porque não se trata de uma diferença qualquer, é que produz o estranhamento que detona os impulsos hostis [...] (FUKS, 2003, p. 5).

Já em *Totem e tabu* (1913/1969), diz da violência em sua construção histórico-mítica quando, na horda primitiva, os irmãos em aliança matam o pai todo-poderoso que reservara todas

as fêmeas para si. A partir dessa aliança, surge uma nova ordem social, que estabelece leis em relação ao incesto e ao parricídio.

Mais de cem anos depois do nascimento da Psicanálise e da contribuição freudiana sobre “a inclinação agressiva do ser humano” (Freud, 1930, p. 141), ainda são bastante atuais as reflexões sobre essa disposição humana, como inscrição psíquica, e sua relação com o ato violento nas sociedades modernas. Essa dimensão do psiquismo abre espaço para pensarmos as muitas formas do mal-estar na civilização: os regimes totalitaristas, que se colocam acima da lei e querem varrer toda e qualquer diferença por intermédio do extermínio em massa, ou todos os sujeitos que se viram atingidos pela experiência traumática da violência, tão corriqueira nos dias atuais.

Vale lembrar que, mesmo enfrentando o exílio, a dor e a morte, Freud manteve uma postura inabalável no que concerne à sua condição humana, não abrindo mão de seus princípios éticos, e também com relação ao seu pensamento, quer dizer, a Psicanálise, e que ele abrigou em si mesmo uma resistência ao extermínio, mesmo quando escrevia sua história atravessada pelo horror da destruição e da morte.

Poder e violência no pensamento de Hanna Arendt



A reflexão sobre a violência, a banalização do “mal”, perpassa a obra de Hanna Arendt, como efeito da importância das considerações sobre a liberdade. Em 1969, a autora alertava para

falta de estudos sobre o tema e a conseqüente banalização do conceito. Segundo Arendt (2010), a violência caracteriza-se como sendo um recurso para alcançar um objetivo, distinguindo-se do poder. A política constitui-se como o campo de interpretação da violência, que não é nem natural, nem irracional.

A autora afirma que:

[...] nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital, eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo (Arendt, 1994, p. 60).

A violência contrapõe-se ao poder de maneira que onde domina um, o outro está ausente, e pertence a um grupo permanecendo somente na medida em que o grupo mantém-se unido, desaparecendo quando esse desaparece. Para Arendt (1994, p.37), o poder “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto”.

Nesse sentido, uma grande parte do uso crescente da violência na política do século XX está estabelecida nas questões do poder de governo representada na burocracia. O governo da burocracia é causa de parte da inquietude encontrada pelo mundo hoje, em consequência, entre outros fatores, de sua natureza caótica e de sua perigosa tendência a escapar ao controle. Do ponto de vista da dominação, a burocracia torna-se o mais tirânico dos governos, porque uma das características que lhe é intrínseca é a falta de clareza sobre quem responsabilizar no governo e, também, porque a violência política surge quando o poder está em risco e quando a “violência é deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder” (Arendt, 1994, p.41). Quando a tirania da burocracia é questionada, na ausência de poder, é flagrante o uso da violência na política, em outras palavras, a perda de poder leva à incapacidade política para conter os recursos da violência disponíveis à administração. A violência é compreendida então, como reação ao enfraquecimento do poder, como impossibilidade de um fazer conjunto.

Mesmo reconhecendo a fragilidade do poder em face da violência, Arendt (1994) dá àquele um lugar insubstituível em relação a esta, ou seja, a violência pode destruir o poder, mas não substituí-lo. Nem mesmo poderá reconstruí-lo, ou recuperá-lo, mas somente paralisá-lo e aniquilá-lo.

Violência e mídia

O estudo da violência na mídia preocupa-se, tradicionalmente, em detectar os efeitos que as cenas de violência teriam sobre o público. Qual o papel da mídia diante das faces humanas que se apresentam na fatura visual das emissoras de televisão? Poderíamos dizer que contribui para apagar definitivamente do imaginário a ideia de miséria, de atraso econômico e cultural, de dor e sofrimento. A memória mudou muito do passado até agora. Nossa comunicação é visual. A imagem passou a ser o primeiro enlace a partir do qual aquela experiência foi vivida. A imagem produz um choque, recebido como um trauma. O que acontece com as faces que vemos na mídia? Qual o papel da mídia nessa representação ou não representação? Como essas faces chegam até nós e que tipo de contatos estabelecemos ou deixamos de estabelecer com elas? No livro *Vida precária*, Butler (2011) oferece-nos uma leitura do conceito de “rostos”, descrito pelo filósofo Emmanuel Lévinas, refletindo sobre a relação com o Outro e a representação desse Outro em tempos midiáticos. Aqui, o rosto não é propriamente um rosto humano, mas, antes, uma vocalização sem palavras do sofrimento e da precariedade. O autor nos diz que o rosto do Outro, isto é, daquelas pessoas cujas vidas estão marcadas pela precariedade, impõe-nos uma questão ética. O rosto faz uma reivindicação ética sobre nós, uma demanda moral que não solicitamos, mas que também não podemos evitar.

O filósofo francês Lévinas (1993, citado por Butler, 2011, p.16) afirma-nos que “o rosto é o outro que me pede para que não o deixe morrer só, como se o deixar seria se tornar cúmplice de sua morte”. Portanto, o rosto diz a mim “não matarás”, no entanto, o rosto não diz no mesmo sentido que a boca fala, não pode ser traduzido em palavras, é um tipo de vocalização sem palavras, de sons agonizantes. Na relação com o rosto, Lévinas (1993, citado por Butler, 2011, p.16) afirma que minha “relação ética de amor pelo outro está enraizada no fato de que o eu não pode sobreviver sozinho, não pode encontrar sentido apenas em sua própria existência no mundo [...]”. Em Ética, o direito de o Outro existir tem primazia sobre o meu, uma primazia condensada no decreto ético: “Não matarás, não colocarás em risco a vida do outro”. Além disso, é o rosto do Outro, que se dirige a nós sem que possamos evitá-lo, que nos mantém moralmente vinculados a esse Outro, porque nos identificamos com a própria precariedade. Entender o rosto, como escreve Butler (2011, p.19), “quer dizer acordar para aquilo que é precário em outra vida ou antes, àquilo que é precário à vida em si mesma”.

É nesse sentido, que Butler nos chama atenção para os rostos da mídia, o rosto em Lévinas e a problemática em torno da humanização. Segundo a autora, as pessoas que podem representar ou fazer representar a si próprias parecem ter mais chances de serem humanizados, enquanto que aquelas que estão longe dessa possibilidade correm o risco de serem mal representadas, desumanizadas, ou nem serem representadas. Não nos devemos perguntar se o rosto do criminoso que chega até nós pela televisão, por exemplo, nos ofereceria a possibilidade do rosto em Lévinas; se esse rosto nos lançaria uma demanda ética da qual não podemos escapar? Onde está a precariedade desses rostos? Como podemos compreender a precariedade de vida dos criminosos quando a mídia diz que eles são seres monstruosos e depositários de toda a malignidade do ser humano? Como entender a violência e o ato criminoso, e todas as justificativas que atravessam o modo de pensar de quem escolheu esse caminho tortuoso para se fazer representar, além da necessidade da prática da violência seja em que instância for?

Considerações finais

O criador da Psicanálise, Sigmund Freud, filho de pais judeus, perseguido pelo nazismo, sofreu durante toda a sua vida a discriminação pela sua origem. Foi obrigado, ainda por conta da perseguição nazista, a se exilar, no final da sua vida, na Inglaterra, onde morreria em 1939, de câncer. Nascido no ano de 1856, em Freiberg, Morávia, pequena cidade situada na atual Eslováquia, sofreu os entraves de duas guerras mundiais. Além disso, sua época, marcada pela repressão sexual, trouxe-lhe experiências profissionais diferentes das de Hanna Arendt, nascida na Alemanha, filha de judeus não praticantes e que, como Freud, viveu os horrores da guerra, chegando a ser prisioneira em um campo de concentração. Judith Butler, linguista e filósofa, nascida em Cleveland, Ohio, também é filha de judeus da Hungria e da Bulgária.

É evidente que as experiências pessoais e a história de vida influenciarão o modo como esses pensadores de diferentes campos do saber, percebem o homem, e como conduziram, enquanto teóricos, pontos de vista diferentes. Por outro lado, tais concepções, trazem implicações que enriquecem o nosso estudo.

O sujeito apresentado pela Psicanálise não é bom nem mau, é aquele que traz como marca da sua condição: a sexualidade, a agressividade e conflitos como o Complexo de Édipo e a castração. Isso não implica dizer, não obstante, que as condições ambientais não intervenham no

processo de subjetivação do sujeito: em outras palavras, existem vários fatores que fazem parte dessa construção.

No texto *O mal estar na civilização*, Freud (1930/1969) escreve que, através do ego, mediador entre o id e as pressões externas, em defesas mal e bem sucedidas, surgem como via de expressão de sintomas neuróticos e atos simbólicos. Segundo o autor, o sujeito necessita de uma grande quantidade de energia para domar as exigências pulsionais para viver em sociedade. O aparelho de memória funciona de acordo como o princípio do prazer, isto é, satisfaz a pulsão que é somática e tem uma representação psíquica.

Em sua teoria pulsional, Freud (1930) considera a pulsão de vida e a pulsão de morte como faces da mesma moeda, dando a entender que Eros e Tânatos têm o mesmo peso. Todas as duas formas de energias transitam livremente no inconsciente, cujo único objetivo consiste em aliviar suas tensões, segundo o princípio do prazer e de acordo com o processo primário. Em seu modo de entendimento, há no homem um permanente conflito entre forças antagônicas existentes em seu interior, entre as exigências do supereu e do eu.

Podemos perceber que enquanto sujeito que faz laço social, não é possível ficar fora da cultura, mas, para estar inserido nela, paga-se um preço, ou seja, devemos buscar o prazer, mas temos que adequá-lo às normas sociais.

Já Arendt discorda de Freud no que concerne à violência como fator estruturante do sujeito, pois a concebe como algo que rompe com a condição humana, não sendo do campo do humano. A violência é o mal, e a população entrou em consenso no que concerne à violência, ou seja, a banalização da violência. A política (é a ação e tem um gestor) é o campo do discurso da existência intelectual humana. É a possibilidade da existência no campo social. Ela acredita que da violência só pode vir um mal maior, enquanto Freud acreditava que os impulsos agressivos, a violência e pulsão de morte são uma força que nos impulsiona para frente.

A autora americana Judith Butler, preocupa-se com a estrutura da língua como sistema e como representação. A linguagem é sempre uma construção: não preexiste. Somos seres da linguagem, somos seres linguísticos. Nesse aspecto, a autora se aproxima do ponto de vista da Psicanálise, porque nós somos seres da linguagem, que nos constitui antes mesmo da nossa existência. A linguagem é o Outro. Ao ser chamado por um nome o sujeito traz uma marca na sua existência social.

Sabe-se que hoje o medo perpassa a fala de todos, de todas as camadas sociais. O medo é comum na fala da violência. O fracasso das autoridades em controlar a violência que se alastra como um mal poderoso e faz com que as pessoas intensifiquem suas próprias medidas de encerramento, controle e separação na tentativa de criar uma saída diante da vulnerabilidade em que se encontra o homem, face à violência urbana ou à violência da guerra.

Se a violência da guerra ou dos grandes centros urbanos tem seu aspecto trágico, a reação diante do seu saldo pode ser positiva, no sentido de buscar a reconstrução ou ressignificação para promover mudanças e rupturas. Diante da violência bruta, nem sempre é possível elaborar o esforço de retomar a vida, e com ela, o desejo de um passado, de uma história, de uma memória, de uma identidade.

Nessa medida, quem se viu atingido pela experiência traumática da violência pode construir o resgate de uma memória social ameaçada pelas perdas irreparáveis e pelo aniquilamento da própria memória, frente ao discurso da violência. Com as perdas, perdem-se os rastros que possibilitam a escrita da história, o que entendemos ser uma catástrofe cultural e social.

Referências Bibliográficas

- Araripe, L. A. (2006). “Primeira guerra mundial”. Em Magnoli, D. *História das guerras*. São Paulo: Contexto.
- Arendt, H. (2010). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2011). *Vida precária*. Buenos Aires: Paidós.
- Einstein, A.; Freud, S. (1969). Porque a guerra? Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XXII. pp. 237-262. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932).
- Farias, F. R. (2010). *Porque afinal, matamos?* Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Freud, S. (1969) Três ensaios sobre a sexualidade. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. VII. pp. 123-250. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1969) A predisposição para a neurose obsessiva. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XIII. pp. 13-198. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1969) Considerações atuais sobre a guerra e a morte. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XIV. pp. 311-342. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1969) Além do princípio do prazer. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XVIII. pp. 13-88. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1969) O ego e o id. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XIX. pp.13-86. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1969) O problema econômico do masoquismo. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XIX. pp.197-214. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1969) O mal-estar na civilização. Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XXI. pp.75-176. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).

Freud, S. (1969) Por que a guerra? Em *Obras Completas* de Sigmund Freud (vol. XXII. pp. 237-262. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1931).

Fuks, B. B. (2003). Freud, a guerra e o pacifismo. In: *Revista Polêmica*, v.12, n.1. Acesso em 29 de abril de 2013. http://www.polemica.uerj.br/v12_1/.

Lévinas, E. (1993) *Humanismo do outro homem*. Rio de Janeiro: Vozes.

Seligmann-Silva, M. (2005) *O local da diferença*. São Paulo: Editora 34.

Citação/Citation: Friedl, F.O.; Farias, F.R. (2015). *Violência e condição humana. Trivium: Estudos Interdisciplinares, Ano VII, v.2, p. 231-245.*

Recebido em: 11/05/2013
Aprovado em: 21/09/2013